



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PRÁTICA DE PESQUISA**

HELENNY MANOELA SOUZA DOS SANTOS

**ENTRE TORTURAS E ARREPENDIMENTOS: MILITÂNCIA DAS ESQUERDAS
COMO ARMA DE PROPAGANDA NA DITADURA CIVIL - MILITAR BRASILEIRA
(1970-1976)**

São Cristóvão-SE, 2025

ENTRE TORTURAS E ARREPENDIMENTOS: MILITÂNCIA DAS ESQUERDAS
COMO ARMA DE PROPAGANDA NA DITADURA CIVIL - MILITAR BRASILEIRA
(1970-1976)

HELENNY MANOELA SOUZA DOS SANTOS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado na disciplina de Prática
de Pesquisa, para obtenção do título
de Licenciatura Plena em História,
na Universidade Federal de
Sergipe, no período 2025.2.

Orientadora: Prof. Dra. Célia Costa
Cardoso

São Cristóvão-SE, 2025

ENTRE TORTURAS E ARREPENDIMENTOS: MILITÂNCIA DAS ESQUERDAS
COMO ARMA DE PROPAGANDA NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA
(1970-1976)

Helenny Manoela Souza dos Santos*

RESUMO:

Este artigo analisa o uso das declarações públicas dos chamados “arrepentidos” durante a ditadura civil-militar brasileira, buscando compreender suas finalidades políticas e simbólicas, bem como as condições históricas que levaram ex-militantes a produzi-las em um contexto marcado pela repressão, censura e violência institucionalizada. O estudo insere-se no campo dos debates sobre memória, entendida como construção social e espaço de disputas em torno da interpretação do passado, considerando as relações entre testemunho, poder e legitimidade. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa fundamenta-se na História Oral, articulada à análise crítica de fontes documentais. O corpus é composto por análises de depoimentos de ex-militantes, entrevistas concedidas em diferentes temporalidades, declarações públicas divulgadas pela imprensa e documentos produzidos por órgãos de repressão do regime. A partir da problematização dessas fontes, o trabalho busca demonstrar como as narrativas de “arrepentimento” foram mobilizadas como dispositivos políticos, integrando a engrenagem repressiva e contribuindo para a legitimação do autoritarismo. Argumenta-se que tais declarações operaram na construção de uma pedagogia do medo e na produção de determinadas versões do passado, cujos efeitos se projetam nas disputas de memória que atravessam o tempo presente.

Palavras-chave: Ditadura; Esquerdas; Tortura; Arrepentimento; Propaganda.

* Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe, no 9º período, sob a orientação da Profª Drª Célia Costa Cardoso. Contato: helenny2003@gmail.com

1- INTRODUÇÃO:

Na madrugada do dia 01 de abril de 1964 dar-se-ia início, no Brasil, a um dos acontecimentos mais lúgubres de nossa História, sobretudo de nossa Democracia, o golpe civil-militar. A destituição do então presidente, João Goulart, pelas forças militares, caracterizaram um golpe de Estado que duraria 21 anos (1964-1985).

Apoiado por considerável parte da sociedade civil, o então regime alçaria o Brasil a um período de milagres, na década de 1970, para quem queira acreditar. Na obra: O regime militar brasileiro: 1964-1985, de autoria do historiador Marcos Napolitano, publicada no ano de 2008 pela editora Atual, o autor expõe como a ditadura se sustentou por tanto tempo, em parte devido ao apoio de setores da sociedade civil, mas também pelo uso do poder coercitivo, censura à imprensa e oposição, e a tortura de presos políticos. Além do chamado “milagre econômico”, a repressão foi se afunilando, direcionada, sobretudo, aos denominados “subversivos”. Nesse cenário, os movimentos de oposição ao regime eram liderados pelas esquerdas brasileiras, concentradas nos intelectuais da época, e, principalmente, no movimento estudantil e nas classes médias urbanas.

O caráter subversivo supracitado era fomentado através da instauração dos Atos Institucionais e das leis sancionadas que davam ao regime um caráter de legalidade. A exemplo da Lei Suplicy de Lacerda (11/11/1964), que vedava a ação político-partidária em organizações estudantis, entravando a atuação da União Nacional dos Estudantes (UNE) e de outras entidades. Essa Lei também instituía novas diretrizes para a participação de estudantes em diretorias acadêmicas, cerceando a elegibilidade de alguns alunos e proibindo a compensação de ausências para participação em atividades políticas.

Dentro desse contexto de represália ao movimento estudantil, um acontecimento marcaria de forma trágica o período em questão, a morte do estudante Edson Luís, em março de 1968, considerado uma virada de chave dentro das esquerdas e da sociedade em geral, contrárias às ações do governo. O jornalista Zuenir Ventura no livro, 1968: O ano que não terminou, discorre que:

Em 68, a morte de alguém, mesmo a de um jovem desconhecido, podia levar o país a uma crise e o povo à indignação, como levou naquela sexta-feira, 29, em que 50 mil pessoas acompanharam o corpo de Edson Luís Lima Souto ao cemitério São João Batista (VENTURA, 1998 p. 92)

Iniciando assim uma série de ações que levariam para um caminho de radicalização por ambas as partes. E que encaminhou o país para os “anos de chumbo”, dado tamanha repressão e violência.

O físico Isaac Newton formulou, em uma de suas pesquisas, um conjunto de leis acerca do movimento e da gravitação universal; a terceira delas diz que as forças, mesmo que em oposição e desequilíbrio, ocorrem em pares: sempre que um corpo (A) aplica uma força sobre outro corpo (B), o corpo (B) aplica uma força igual e oposta sobre o corpo (A). Sendo assim, em toda ação, se é natural uma reação. Desse modo, no âmbito da historiografia, é recorrente o questionamento de que se a repressão fora fruto da radicalização da esquerda, em especial do surgimento da luta armada, ou se essa radicalização tenha sido uma resposta à repressão praticada pelo Estado, embora, segundo Carlos Fico, este debate não chega a lugar nenhuma, uma vez que o Estado era movido por um projeto autoritário desde o início do regime.

Fato é que, em 1968, com a instauração do Ato Institucional número cinco (AI-5), prisões, torturas, desaparecimentos e mortes viraram práticas recorrentes no cotidiano brasileiro. E a luta armada, mecanismo de defesa contra o Estado ditatorial.

A propaganda, mesmo antes da instauração do regime ditatorial, já era um artifício muito bem utilizado e orquestrado pelas forças dominadoras da política nacional, naquele e em outros momentos. Vale ressaltar que, em muito, o apoio da sociedade civil ao golpe se consolidaria através da propaganda anticomunista no país, que culminou com a concretização da estrutura de um golpe civil e militar.

Considerando que, nesse período, as ditaduras civis-militares instauradas na América do Sul no contexto da Guerra Fria foram profundamente condicionadas pela lógica da bipolaridade internacional e pela difusão do anticomunismo como ideologia política legitimadora do autoritarismo. Segundo o pesquisador, Luiz André Maia Gesteira, no artigo: A Guerra Fria e as ditaduras militares na América do Sul, o “temor” da expansão comunista e, conseqüentemente, a propaganda anticomunista foi um elemento central para a construção de consensos sociais favoráveis aos golpes de Estado, ao associar projetos reformistas, movimentos populares e governos de esquerda à ameaça da expansão comunista no continente. No caso brasileiro, a ditadura civil-militar instaurada em 1964 exemplifica de forma significativa esse processo, uma vez que contou com amplo apoio de setores civis, como empresários, elites políticas e grandes veículos de comunicação, que contribuíram para a difusão do discurso de defesa da “ordem”, da “democracia” e da “segurança nacional”. Esse aparato ideológico serviu para justificar a

repressão política, a censura e a supressão de direitos civis, apresentando o regime como uma resposta necessária ao suposto perigo comunista, em consonância com os interesses geopolíticos dos Estados Unidos no cenário da Guerra Fria e com a Doutrina de Segurança Nacional difundida na região.

É nesse cenário que a propaganda se consolida no Brasil ditatorial como um dos aparatos legitimistas de manipulação. O que se viu a desenvolver no Brasil foi o aparelhamento dos órgãos de comunicação, estatais e não estatais. Com a utilização da Lei de Imprensa de 1967, promulgada pelo então presidente Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967). Que, ao ser interpretada pela sombra do Ato Institucional nº 5, torna grande parte da imprensa como “subversiva”, institucionalizando por completo a ação de aparelhamento da imprensa.¹

No campo das comunicações com a sociedade em geral, o Decreto-Lei nº 62.119, de 15 de janeiro de 1968, instituiu mais um órgão do governo, a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), que tinha como objetivo ditar as propagandas oficiais e redirecionar, a seus próprios interesses, os serviços de propaganda dos Estados. A essa altura, dezenas de pessoas já haviam sido presas e torturadas, acusadas de ações subversivas. Eram militantes, simpatizantes, comunistas, intelectuais e outros que de nada sabiam ou faziam.

Em contrapartida a toda essa formalização repressiva, para as esquerdas naquele momento, segundo o jornalista Fernando Gabeira, “predominava a crença de que a revolução não seria mais de palavras, nem de conchavos políticos”. Em sua obra: O que é isso companheiro, Gabeira partilha de uma perspectiva biográfica, demonstrando sua concepção da guerrilha e os ideais e objetivos da esquerda naquele período. Carlos Marighella, líder da ALN (Ação Libertadora Nacional), por exemplo, dizia que a ação une, que somente a ação armada iria aglutinar toda a insatisfação popular contra a ditadura (Gabeira, 2010). Próximo de Marighella, os freis dominicanos do Convento de São Paulo, sofreram prisões e torturas. No livro: Batismo de sangue: Guerrilha e Morte de Carlos

¹ ¹Lei Suplicy de Lacerda (1964), foi um instrumento da ditadura militar brasileira, de autoria do ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, que proibiu atividades políticas nas entidades estudantis, colocou a UNE (União Nacional dos Estudantes) e UEEs na ilegalidade e desarticulou o movimento estudantil, limitando sua representação a fins cívicos e culturais. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14464.htm. Lei de imprensa (1967), promulgada em fevereiro de 1967 por Castelo Branco, instituiu censura rigorosa sobre jornais, livros, cinema e TV durante a ditadura militar. Ela criminalizou as críticas ao governo, proibiu conteúdos considerados subversivos ou contrários à "moral e aos bons costumes", e impôs censura prévia, com penas severas de prisão. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15250.htm

Marighella, originalmente publicado no ano de 1982, Frei Betto ajuda-nos a entender, através de uma autobiografia, os movimentos de esquerda durante o período do Golpe, a guerrilha urbana e seus agentes. Com uma visão interna e pessoal dos acontecimentos.

O historiador Jacob Gorender, em *Combate nas Trevas* (1987), descreve suas memórias, das esquerdas e analisa a luta armada durante a ditadura militar. O livro descreve a atuação e as divisões internas dos grupos de esquerda, a repressão do Estado (com tortura e a criação de órgãos como o DOI-Codi) e as falhas que levaram à sua desarticulação. É uma obra que reflete sobre a trajetória de militância do autor, desde a Segunda Guerra Mundial até sua prisão e posterior atividade intelectual independente.

O primeiro foco guerrilheiro que se tem notícia, durante a ditadura, foi o da Serra do Caparaó - MG, em 1967, como descreve Gabeira (2010, p. 38): “a guerrilha que caiu sem disparar um único tiro, sem realizar uma única ação”. Ainda assim, intensificando-se a luta armada em 1969, os guerrilheiros montaram e executaram diversas ações de assaltos a bancos e sequestros de autoridades no país, como a do sequestro do embaixador norte – americano Charles Burke Elbrick, realizado pela ALN e o Movimento Revolucionário – 8 de outubro (MR-8), no Rio de Janeiro, em troca da liberdade de 15 presos políticos. Todavia, não demorou muito para que os próprios militantes, combatentes da luta armada, fossem presos acusados de terrorismo e submetidos a interrogatórios baseados em tortura física e psicológica, como ocorreu com o próprio Fernando Gabeira e outros.

Até então a ordem era clara por parte das organizações de esquerda: o silêncio a todo e qualquer custo. Apesar disso, em muito se teve notícia na mídia local e nacional de casos de “ex-comunistas” que vieram a público arrepender-se de suas ações e convicções. Nesse sentido, o objetivo desse artigo é compreender a finalidade do uso das declarações públicas dos chamados, arrependidos, e as razões que os motivaram fazê-las na conjuntura da Ditadura Civil Militar. Especificamente, analisando alguns casos de arrependimentos públicos, identificando alguns desses ex-militantes e as consequências acometidas a eles dentro das esquerdas. Bem como, apontar o uso desse tipo de declaração dentro da Operação Cajueiro no Estado de Sergipe, em 1976.

Para o dicionário de Língua Portuguesa, o termo “arrepender” significa “culpar-se por ter feito algo ruim ou por deixar de fazer algo (...). Mudar de opinião ou não cumprir com um compromisso”. Utilizando-se do particípio passado desse verbo, na forma adjetiva; “Arrependidos” tornou-se termo bastante conhecido entre os grupos da esquerda no Brasil.

A partir da década de 1970, o termo “Arrependidos” classificava os militantes de esquerda, denominados de “terroristas e subversivos” pelo Estado, que fizeram ou atribuíram-lhes declarações e posicionamentos contrários aos da militância e favoráveis ao pensamento ditatorial vigente naquele período.

A temporalidade da presente pesquisa data-se da primeira retratação pública que se tem registro no início dos anos de 1970, onde o então militante guerrilheiro preso pelo regime, Massafumi Yoshinaga, concede uma declaração pública para jornalistas, demonstrando uma livre e espontânea mudança de opinião sobre suas ações ideológicas e criticando, duramente, as organizações das esquerdas no país. Este fato, compreende-se como um marco de uma mudança na tática anticomunista por parte do governo. Onde até então os tidos como “subversivos e terroristas” passaram a ser colaboradores do discurso propagandista do regime.

Ao decorrer da década de 1970, os arrependimentos públicos se tornaram uma regularidade em toda imprensa nacional. Seja através de pronunciamentos, entrevistas ou cartas publicadas em jornais. Em Sergipe, interessa-nos o ano de 1976, que demarca o fim dessa presente pesquisa. Tratando-se do ano em que ocorreu a Operação Cajueiro no Estado, onde cerca de 29 jovens foram presos, acusados de atividades subversivas e um deles, o Wellington Dantas Mangureira Marques, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), teria escrito uma carta do próprio punho, usada como arma propagandista pelo regime à época. Transformada em importante fonte histórica a ser analisada aqui, esse documento de Mangureira de 1976 trouxe a possibilidade de se compreender a finalidade pública para os militares no poder das declarações feitas por militantes “arrependidos” ou supostamente “arrependidos” do período militar.

2- QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

O presente artigo adota como abordagem teórica, metodológico e interpretativa baseada na História Política Renovada principalmente, abordando a noção de violência simbólica e a construção de consenso, defendido por Pierre Bourdieu. Para isso, faz uso de conceitos elaborados por esse autor, que nos auxiliam a compreender os mecanismos utilizados pela ditadura civil militar no Brasil.

Um conceito central é o de poder simbólico, entendido como a capacidade de impor uma visão legítima do mundo social, fazendo com que ela seja reconhecida como

natural. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (BOURDIEU, 1989).

A propaganda da Ditadura operava precisamente nesse nível ao difundir discursos de ordem, progresso, patriotismo e anticomunismo, o Estado buscava estabelecer uma leitura única da realidade política brasileira.

Os arrependimentos públicos, quando analisados à luz desse conceito, funcionam como rituais simbólicos de reafirmação do poder estatal, pois transformavam a palavra do opositor, ainda que subentendida, em um instrumento de validação do discurso dominante. A eficácia simbólica desse mecanismo residia no fato de que a fala “arrependida” parecia partir do próprio sujeito dominado, reforçando a aparência de consenso, que embora existente, não se fazia presente em todos os casos.

Outro conceito fundamental é o de violência simbólica, que se refere a formas sutis e invisíveis de coerção, exercidas com a cumplicidade daqueles que a sofrem, uma vez que estão imersos nas mesmas estruturas simbólicas que os dominam. A violência simbólica é uma violência suave, insensível, invisível para suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias simbólicas da comunicação e do conhecimento (BOURDIEU, 2001).

Nos casos de arrependimentos públicos, a violência simbólica se manifesta quando indivíduos são forçados a negar publicamente suas trajetórias políticas e identidades, internalizando, ainda que sob extrema coerção, as categorias impostas pelo regime, como “subversivo”, “inimigo da pátria” ou “desviante ideológico”. A propaganda, nesse sentido, cria o campo simbólico no qual esses arrependimentos se tornam inteligíveis e eficazes, pois o público já foi previamente condicionado a aceitar essas classificações como legítimas.

Dessa forma, usar Pierre Bourdieu nesse caso significa analisar a ditadura militar não apenas como um regime de repressão física, mas como um sistema de produção de sentidos e subjetividades. Seus conceitos permitem evidenciar como a propaganda e os arrependimentos públicos atuaram conjuntamente como instrumentos de dominação simbólica, fundamentais para a legitimação do poder autoritário e para a conformação de práticas políticas e memórias sociais no Brasil pós-ditadura.

Metodologicamente, o presente artigo fará uso das concepções da História Oral e de Memória. Fazendo usos de conceitos como os de Paul Thompson, onde a experiência de vida das pessoas de todos os tipos deve ser usada como matéria-prima da história. Valendo-se dessa prerrogativa, esta pesquisa será desenvolvida a partir de relatos,

coletados e analisados na forma de entrevistas. Onde as histórias vivenciadas, serão rememoradas no formato de fonte histórica.

Fazendo uso dos três modos, defendidos por Thompson, como base para a construção da História Oral: A narrativa histórica de uma única vida, a coletânea de narrativas e a análise cruzada entre elas.

De forma que, ao fazer uso da História Oral, adentramos, impreterivelmente, no campo da História de Memória, defendida pelo, também historiador, Jacques Le Goff.

Le Goff, defende o uso da memória como conceito crucial para a História. Pois segundo ele, “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro (1988).

O presente artigo, para sua fomentação, passou por três momentos. Um primeiro momento de leitura e aprofundamento na bibliografia e fontes disponíveis em sites de pesquisa como o acervo de consulta do Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN), onde, ao analisar os fundos disponíveis do antigo Sistema Nacional de Informação (SNI), fora possível encontrar alguns dos documentos produzidos pelo governo ditatorial a respeito da Operação Cajueiro em Sergipe. Ainda nesse primeiro momento de pesquisa digital, encontrou-se na plataforma de vídeo “youtube” as primeiras declarações dos arrependidos na década de 1970. São elas: a primeira entrevista de Massafumi Yoshinaga, para a TV Tupi em 2 de julho de 1970, a segunda é uma entrevista coletiva a mesma TV tupi, concedida por Massafumi, Rômulo Fontes e Marcos Vinício Fernandes dos Santos, também em julho de 1970. E a terceira é uma reportagem do final do ano de 2005 exibida no Jornal da Globo, entrevistando os ex-militantes supracitados e seus familiares.

O segundo momento foi de consumação metodológica da História Oral, através da entrevista concedida por Wellington Dantas Manguera Marques a autora no dia 13 de janeiro de 2026, em total de 56 minutos. Onde ele pode relatar sua prisão durante a Operação Cajueiro e como ocorreu o episódio da Carta de renúncia ao comunismo e a maconha.

Por fim, o presente artigo passou por um último momento de coleta de fontes diretamente no Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES). Especificamente nos arquivos do DEOPS/SE, pasta 64, com o de nome: Wellington Dantas Manguera Marques. Assunto: Antecedentes políticos e ideológicos. Onde se teve acesso a Carta assinada no dia 24 de fevereiro de 1976, o mandado de prisão expedido por Oscar Da Silva, então encarregado do IPM para a prisão de Manguera durante a Operação Cajueiro.

A manchete veiculada na edição do dia 1 de março de 1976 no Jornal Gazeta de Sergipe, intitulada: “Advogado preso aconselha juventude a abominar Comunismo”. E por fim, uma carta enviada pelo Partido Comunista Brasileiro solicitando esclarecimentos, por narrativas veiculadas por militantes das esquerdas.

3- OPOSIÇÃO, REPRESSÃO E RESITÊNCIA

Após a institucionalização da ditadura civil-militar no Brasil, o governo iniciava seus primeiros anos com crises e percas de apoio significativos de representantes populares como, parte da classe política que o apoiara e, posteriormente, parcela da sociedade civil.

Esses sujeitos, juntamente com as esquerdas, contrários desde o princípio a deposição de João Goulart, e até então representada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) liderado por Luís Carlos Prestes, já na clandestinidade, concentraram-se em movimentos de oposição como o movimento estudantil. Segundo Marcos Napolitano (1998, p. 24-25), foi o principal agente catalisador das expectativas oposicionistas, acompanhado dos intelectuais e artistas da época. Afirmando ainda que até o final de 1968,

(...) o movimento estudantil se tornaria o grande ator político da oposição, atuando como protagonista em vários protestos de rua, além de fornecer o maior número de voluntários para os movimentos guerrilheiros que então se organizava para combater o regime. (...) A sociedade civil brasileira encontrou em muitos deles (artistas), um canal de expressão contra o regime. Boa parte do público desses artistas era constituída de jovens e estudantes ativistas, o que favorecia a inclusão de temas políticos nos produtos culturais em circulação.

Durante o ano de 1968, vários acontecimentos marcaram uma radicalização das forças oposicionista e situacionistas ao governo, além do já citado, assassinato do jovem Edson Luís; o fatídico 21 de junho de 1968, marcado por um confronto violento entre policiais militares e estudantes resultando em 3 mortes e vários feridos, entrando para a História como a “Sexta-feira sangrenta”; mobilizando a “Passeata dos Cem Mil”, um marco no combate a repressão. Até a institucionalização da barbárie através do Ato Institucional de número cinco (AI-5), em 13 de dezembro do mesmo ano.

Contudo, em outubro de 1968 outro embate lamentável dessa vez, entre os próprios estudantes, selaria a contenção da capacidade de mobilização, até então, detida pelo movimento estudantil e marcaria de fato a opção da juventude pela luta armada

(...) Nos dias 2 e 3, um conflito público de grandes proporções colocou em confronto direto os estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, identificados com a esquerda, e os alunos da Faculdade Mackenzie, sede do Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Os dois prédios, vizinhos, localizados na rua Maria Antônia, no centro da capital paulista, se transformaram em verdadeiros quartéis. O conflito terminou com a ocupação policial e a destruição do prédio da USP, deixando como saldo a morte de um estudante e dezenas de feridos. No dia 12, a polícia invadiu um sítio em Ibiúna (SP), onde se realizava, clandestinamente, o XXX congresso da UNE, prendendo cerca de setecentos estudantes. Depois desse golpe, o movimento estudantil de massa perdeu a força organizativa, e muitos estudantes acabaram optando pela luta armada clandestina (NAPOLITANO, 1998, p. 32).

No campo ideológico das esquerdas a opção pela luta armada como principal forma de combate à ditadura, fora comandada por Carlos Marighella, que com a inevitável cisão do PCB, fundara a Aliança Libertadora Nacional (ALN) em 1968.

Sobre as divergências internas das esquerdas, vale elucidar que, nos anos de 1960, evidenciavam-se embates na esquerda brasileira, cúmplice de uma divergência ideológica mundial. Os ideais trotskistas e stalinistas, que possuíam conflitos entre si, chegaram à luz do Partido Comunista Brasileiro, causando, como na esquerda em todo o mundo, divergências de posicionamentos.

Diante disso, conhecida por suas sucessivas ações armadas, e por ser comandada pelo mais notório revolucionário brasileiro, a ALN reuniu sobretudo jovens oriundos da pequena burguesia, despertados politicamente pelo movimento estudantil (BETTO, 2021). Carlos Marighella dizia que a ação revolucionária une, que somente a ação armada iria aglutinar toda a insatisfação popular contra a ditadura. E esta viveria uma crise permanente, fruto da crise também permanente do capitalismo brasileiro (GABEIRA, 2010).

Além da ALN do baiano Carlos Marighella, surgiram dezenas de outros grupos e representantes da tão sonhada revolução, a exemplo da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) de Carlos Lamarca, ex-militar e então líder guerrilheiro. Mas, para Marighella, o objetivo principal da “Organização” era a ideia de estruturação de uma

guerrilha rural, para atingir diretamente o modelo de produção capitalista, o que não chegou nem perto de se concretizar. As circunstâncias políticas e financeiras, levaram a luta armada a um desencadear hegemônico da guerrilha urbana; desenvolvida por um caminho de assaltos a bancos e sequestros de autoridades, levando um enorme desgaste da opinião pública e, obviamente, um aproveitamento propagandístico por parte do governo militar, difundindo o ideário de terroristas. Como enfatiza, Frei Betto (2021), para a classe dominante Marighella era o líder do terrorismo e surpreendia o próprio aparelho repressivo.

A ditadura civil-militar contou com uma montagem ampla e complexa de uma máquina repressiva desde 1964, que possibilitou sua viabilização (HEBERT2006). Nesse contexto, a criação de órgãos como o SNI (Sistema Nacional de Informações) e posteriormente, os DOI-CODIs (Departamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Interna), tinham por finalidade a desarticulação a qualquer tipo de oposição contra o governo ditatorial.

Assim, o referido aparelho repressivo estatal foi o responsável por uma característica incontestável da ditadura brasileira, as torturas. O requinte e a crueldade com que as pessoas eram tratadas deixaram sequelas em toda uma sociedade civil. Perseguições e desaparecimentos de presos políticos eram ações que faziam parte da Política de Segurança Nacional praticada pelo Estado.

Na Obra, *Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho*, de Virgínia Valli (1986), foram reunidos vários escritos que marcaram os últimos momentos de vida e luta de Zuleika Angel Jones, mãe do jovem Stuart Angel, vítima fatal da repressão no referido período. Sobre as torturas a própria Zuleika escreve que:

A confirmação que saiu em Nova York em fins de 74, enumera os 13 instrumentos ou métodos de tortura mais comumente usados nos interrogatórios. O primeiro, mais conhecido, é o pau-de-arara, (...) além de outros mais sofisticados, como a pianola para choques elétricos (...). Por meio deste o prisioneiro recebe choques de intensidade e duração variáveis de acordo com os sons do ambiente, inclusive os próprios gritos dos torturados. As outras mais comuns, que a gente já conhece através de depoimentos de vítimas – afogamento, palmatória, torniquete de aço (que suponho seja a tal coroa-de-Cristo, um dos instrumentos mais bárbaros), queimadura com cigarros, exposição a lâmpadas de 500 watts durante longos períodos e a geladeira (refrigerador) (1976 apud VALLI, 1986, p.144).

Tais torturas, tinham como objetivo a coleta de informações para a derrubada de aparelhos e indivíduos, tidos como subversivos. Ou seja, era uma maneira desleal de confronto para com seus divergentes. Característica basilar de governos autoritários que, infelizmente, atingiu também, civis inocentes que nada tinham a ver com a situação de instabilidade política do país

Senti que algumas pessoas encostadas num canto da cela eram inocentes. (...) De vez em quando, baixava um para a tortura. Fernando, por exemplo, era patético. Não sabia absolutamente nada a respeito de política ou de luta armada. Apanhava violentamente e, quando voltava à cela, quebrado pelo pau de arara e choques elétricos, mostrava ingenuamente as palavras que aprendera na tortura (GABEIRA, 2010, p. 178).

É importante pontuar que as torturas se davam das mais variadas formas, para além das práticas físicas, que englobam as torturas sexuais, mas sobretudo as psicológicas, através de ameaças, interrogatórios, entre outros.

A participação efetiva das mulheres nas ações de guerrilha e, posteriormente, na luta pela Anistia é outro ponto importante dentro desse período. Como em outros ramos da História, ainda é pouco abordada e estudada dentro do campo cultural e historiográfico. A falta de interesse e por vezes, a negação dos fatos, são responsáveis por uma invisibilidade das mulheres como agentes políticos no combate a repressão, como apontado por Ana Maria Colling (2004):

Na história do regime militar brasileiro, como em todos os projetos políticos autoritários, a construção de sujeitos ocorre de forma unitária e não diversificada. A sociedade é dividida em dois blocos antagônicos: situação e oposição, igualando-se os sujeitos (...). Estes dois discursos anulam as diferenças e constroem sujeitos políticos únicos, desconsiderando a presença feminina e enquadrando-a em categorias que a desqualificam. Nesta medida, institui-se a invisibilidade da mulher como sujeito político.

Nesse parâmetro de apagamento de gênero, as obras culturais são de fundamental importância para a valorização da memória de mulheres a exemplo de Lúcia Murat, cineasta brasileira que foi integrante da luta armada durante a ditadura, presa e torturada mais de uma vez, e que suas sequelas, até hoje, vão muito além do rastro da memória. Murat é a idealizadora de um Filme/documentário intitulado: Que bom te ver viva, retrata as várias formas de violências de gênero vivenciadas pelas mulheres guerrilheiras durante

a ditadura civil militar. Que através de seus testemunhos, narram as violências psicológicas e, sobretudo, sexuais sofridas.

O filme de Murat (1989) é de fundamental importância para pontuar e evidenciar a atuação e a importância das mulheres no combate, na luta, na resistência e nos sofrimentos referentes à ditadura no Brasil. Visto que, ousar adentrar o espaço público, político, masculino, por excelência foi o que fizeram estas mulheres ao se engajarem nas diversas organizações clandestinas existentes no país durante a ditadura militar (COLLING, 2004).

O livro *A Torre*, de Luiza Villaméa (2023), também nos ajuda a compreender a situação das mulheres presas como subversivas e terroristas, a partir de 1969. Relatando a utilização da centenária torre do Presídio Tiradentes como presídio de mulheres presas políticas. Demonstrando o preconceito e a violência de gênero até mesmo pela falta de locais de reclusão apropriados. Segundo Villaméa (2023, p. 22), com armas nas mãos ou no apoio logístico, pelo menos 434 mulheres participaram de organizações clandestinas nos chamados anos de chumbo. Delas, 43 morreram durante a resistência ao regime, a maioria na tortura.

O corpo das mulheres presas como “terroristas”, dado sua atuação na guerrilha, tornou-se um campo de dominação, com a violência de gênero manifestando-se de maneiras brutalmente íntimas. As sobreviventes relatam a ocorrência de estupros ou tentativas, violência sexualizada, tortura direcionada ao corpo feminino e humilhações de cunho machista pelos agentes do Estado. Essa tática visava não apenas extrair informações, mas também punir a mulher militante pelo “desvio” da norma social patriarcal, utilizando a violência sexual como uma arma política.

A violência direcionada às mulheres durante a ditadura civil-militar, conforme demonstrado, não pode ser compreendida como um aspecto secundário ou colateral da repressão política. Trata-se de um mecanismo deliberado de dominação, no qual a tortura assumiu contornos profundamente marcados pelas estruturas patriarcais. Como apontado por Gabeira (2010): “Apesar das sucessivas notícias sobre a participação das mulheres em ações armadas, o peso da estrutura patriarcal ainda impedia que muitas as associassem à violência ou mesmo à coragem”.

O corpo feminino foi transformado em território simbólico e material de punição, no qual a violência sexualizada, os insultos machistas e a tentativa de desqualificação moral operaram como instrumentos de reafirmação das hierarquias de gênero e de

controle social sobre mulheres que haviam transgredido os papéis tradicionalmente atribuídos a elas.

As mulheres militantes foram punidas não apenas por sua atuação política, mas também por ocuparem espaços historicamente negados ao feminino, como o da ação pública, da autonomia e da resistência organizada. A significância da representação feminina nesse período é tão forte e simbólica que o acontecimento que marcou o fim da luta armada no Brasil foi o assassinato de Walkíria Afonso Costa, executada em 25 de outubro de 1974, onde seus restos mortais, até hoje, não foram localizados.

A atuação das mulheres na luta pela anistia aos presos políticos durante a ditadura civil-militar brasileira constituiu outro eixo fundamental da resistência democrática, articulando práticas políticas inovadoras e estratégias de mobilização que desafiaram tanto a repressão estatal quanto as estruturas patriarcais vigentes.

Organizadas em comitês, associações de familiares de presos e desaparecidos e movimentos específicos, como aqueles liderados por mães, esposas e filhas de militantes perseguidos, essas mulheres transformaram experiências de dor e violência em ação política coletiva, ressignificando o espaço privado como arena legítima de reivindicação pública. Ao denunciar prisões arbitrárias, torturas e desaparecimentos forçados, elas conferiram centralidade à dimensão humanitária da luta pela anistia, ampliando o debate para além dos círculos militantes e alcançando setores mais amplos da sociedade civil.

Essa trajetória de engajamento teve continuidade e aprofundamento no contexto do movimento das Diretas Já, nos anos 1980, quando as mulheres assumiram papel ativo na organização de comícios, na produção de discursos, na articulação de redes comunitárias e na ocupação do espaço público, reivindicando a restituição do voto direto como condição indispensável para a reconstrução democrática.

Nesse processo, a presença feminina não se limitou a um apoio simbólico, mas contribuiu de forma decisiva para a ampliação da cultura política participativa, conectando a luta pelos direitos civis e políticos à defesa de direitos sociais e humanos, e consolidando uma agenda democrática que reconhecia a cidadania plena como resultado da ação coletiva, plural e inclusiva.

4- PROPAGANDA

Diante do exposto, torna-se imprescindível elucidar o papel desempenhado pela propaganda no Brasil, especialmente no que se refere ao uso sistemático da propaganda

política pela ditadura civil-militar como instrumento de manipulação, controle social e construção de consenso. Tal prática não se configurou como elemento acessório do autoritarismo, mas como parte constitutiva de um complexo aparato de dominação, articulado à repressão policial, à espionagem e à censura. Nesse sentido, o historiador Carlos Fico identifica a propaganda como um dos quatro pilares fundamentais dos regimes autoritários, ao lado da polícia política, da espionagem e da censura. Segundo o autor, “a censura e a propaganda política pareciam obedecer a uma lógica global, que teria presidido todas as ações repressivas e controladoras da ditadura, lógica que também não houve” (FICO, 2004, p.266), evidenciando tanto a existência de diretrizes comuns quanto as contradições internas do regime.

Inicialmente, buscou-se construir um distanciamento discursivo em relação às experiências clássicas de propaganda autoritária observadas ao longo do século XX. Tal postura relacionava-se à recusa, por parte dos militares, em assumir formalmente o caráter ditatorial do regime instaurado em 1964. Assim, evitava-se a reprodução explícita de estruturas simbólicas associadas ao autoritarismo varguista, como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado durante o Estado Novo. Essa tentativa de diferenciação, contudo, não implicou a inexistência de mecanismos de vigilância, controle e produção ideológica. Ao contrário, tais dispositivos foram progressivamente ampliados, sobretudo após o endurecimento institucional promovido pelo Ato Institucional nº 5, em 1968, e pela intensificação da repressão política com a Operação Bandeirantes (OBAN), em 1969, fortemente marcada pelo discurso anticomunista.

No governo de Artur da Costa e Silva, diante da constatação do crescimento da impopularidade do regime, foi criada em 1968, a já referida, Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp), comandada pelo Coronel Hernani D'Aguiar. Esse órgão tinha como finalidade centralizar e coordenar a propaganda governamental, difundindo uma narrativa ufanista baseada na exaltação do progresso econômico, da ordem social e da grandeza nacional. Conforme analisa Fico (2007), a própria denominação do órgão revela uma estratégia de dissimulação simbólica, ao substituir a expressão “propaganda política” pelo eufemismo “relações públicas”, evitando associações diretas com práticas autoritárias. Nesse sentido, também no governo de Emílio Garrastazu Médici e sobre o comando do Coronel Otávio Costa, a propaganda da Aerp atuava na produção de uma visão de mundo que naturalizava o regime, apresentando-o como expressão do interesse nacional e ocultando os mecanismos de coerção que o sustentavam.

O autor destaca ainda que:

Como se vê, tratava-se de uma estratégia retórica que buscava afirmar exatamente o contrário do que se vivia. (...) Portanto, também na propaganda política, o regime agia de modo dissimulado, desejando não ser reconhecido como uma ditadura, negando que houvesse tortura ou censura (FICO, 2003, p.194).

Ao analisar a base intelectual da Aerp, Fico (2003) destaca a influência de uma leitura inspirada na obra de Gilberto Freyre, marcada pela valorização da conciliação, da harmonia social e da centralidade da família. Essa matriz ideológica sustentava a imagem de um “Brasil grande”, coeso e pacificado, em consonância com o discurso desenvolvimentista do período. Tal construção simbólica dialoga diretamente com o conceito bourdieusiano de doxa, isto é, o conjunto de crenças e valores tidos como evidentes e indiscutíveis em determinado contexto social. Ao reforçar essa doxa, a propaganda do regime contribuía para a legitimação da ordem autoritária. Ao mesmo tempo que exemplifica a ideia da valorização dos símbolos, aproximando-se da ideia supracitada da “violência simbólica” pensada por Pierre Bourdieu.

Porém, a ditadura brasileira tinha uma peculiaridade que a distinguia da maioria das outras ditaduras latino-americanas, uma heterogeneidade de grupos formadores das bases de comando do governo, geralmente divididos, entre linha dura e moderadores. No momento de consolidação da Aerp como mecanismo de propaganda estatal, os moderadores coordenavam suas ações, voltadas as ações ufanistas. Todavia, eles “eram vistos como tolos pela linha dura, mas os radicais da Oban investiram em propaganda e criaram o slogan de sucesso “Brasil: ame-o ou deixe-o””.

Tais fatos, levam a classificar os rumos subsequentes como os de uma Utopia autoritária, que seria a resolução de problemas através da eliminação de obstáculos. Diante disso, FICO (2003, p. 203) destaca que:

Por essa razão, a maneira pela qual os diversos militares e civis apoiaram o regime aderiram a essa utopia distinguiu-se, pelo menos, em dois tipos: o primeiro pode ser chamado de “saneador”, e o segundo, “pedagógico”. Para os primeiros, a solução seria uma grande “operação limpeza”, capaz de prender, exilar e até mesmo matar os inimigos. Para os segundos, cabia aos militares desenvolver um projeto que suprisse as “deficiências de formação” da sociedade e a protegesse de “ideologias exóticas” ou de outras formas de corrupção do espírito.

Ou seja, a propaganda na ditadura militar, passou por mudanças de objetivos, que em muito, deveriam convergir com o pensamento das forças militares que as orquestravam, adaptando-as, por vezes, em uma subjetividade simbólica e utópica.

É dentro desse contexto em que uns dentro do governo buscavam uma educação popular, cívica e moral; outro acreditavam que o governo deveria demonstrar seu poder de força e persuasão. Assim, como destaca, ainda, FICO (2003, p. 197):

Inserem-se nesse contexto de disputas os episódios das “autocríticas de ex-terroristas”, (...) foi uma estratégia de desmoralização montada pelo exército, que levava à televisão os adeptos da chamada “luta armada” para fazerem seus discursos de arrependimentos e que a Aerp desaprovava.

Evidentemente, não havia uma orquestração geral entre essas manifestações, mas era essa a impressão que ficava: a de uma “guerra psicológica”, uma tentativa de “Lavagem cerebral” (FICO, 2003). Os arrependimentos, como foram chamados os episódios de retratação pública protagonizados por militantes de esquerda que antes combatiam o regime ditatorial, passaram a ser veiculados nos principais meios de comunicação do país a partir de maio de 1970 (GASPAROTTO, 2012). E assim nascia uma nova fase da propaganda durante o regime, e, uma nova forma de combate as forças opositoras: a desmoralizadora.

Dessa forma, a propaganda política durante a ditadura civil-militar brasileiro pode ser compreendida como um elemento central da dominação autoritária, operando por meio da violência simbólica e da construção de consensos aparentes. Ao articular repressão material e produção simbólica, o regime buscou garantir sua legitimidade e permanência, demonstrando que a dominação não se exerce apenas pela força, mas também pela capacidade de impor sentidos, valores e classificações socialmente reconhecidas.

5- RETRATAÇÕES PÚBLICAS

Nos anos de 1970 no Brasil, a onda da luta armada, seus assaltos e sequestros, levaram os militares a uma postura, ainda mais, repressiva e autoritária. Como debatido anteriormente, evidenciou-se uma mudança na postura midiática e propagandista do governo. Como analisa Gasparotto (2012, p.18)

Foi estruturado então um forte esquema de propaganda, favorecido pela franca modernização dos meios de comunicação de massa no país e pelo expressivo aumento do alcance desses veículos. Por terem aderido ao projeto instaurado em 1964, ou por estarem sob um controle bastante cerrado, praticamente todos os meios e recursos de comunicação foram utilizados na propaganda realizada oficialmente.

Nesse momento, a campanha contra os militantes das esquerdas envolvidos na luta armada, adentrara em um caminho de difamação, repercutindo a ideia de “terror” a toda população. O que levou a consecutivas denúncias a, praticamente, toda movimentação suspeita a respeito das chamadas, “ações subversivas”, que segundo os militares, estariam atentando contra a segurança nacional. “Foi comum, durante a sua história, o DOPS receber informações de colaboradores, anônimos ou identificados” (PRIORI; BRUNELO, 2021). O que dificultou as ações da guerrilha e, facilitou muitas das prisões de militantes nesse período.

Contudo, até maio de 1970, não podemos afirmar categoricamente que tenha passado pela cabeça dos algozes, então chefes do Estado brasileiro, a possibilidade do uso dos próprios militantes capturados como arma difamatória aos seus antagonistas e conseqüentemente, difusores da propaganda ideológica defendida pelo regime.

Até que, de acordo com Gasparotto (2012), em 21 de maio de 1970, Marcos Vinício Fernandes Dos Santos, Rômulo Augusto Romero Fontes, Marcos Alberto Martini, Gilson Teodoro de Oliveira e Osmar Oliveira Rodello Filho. “Todos com envolvimento direto com movimentos de esquerda” (GASPAROTTO, 2012, p 13) divulgam a dezenas de jornalistas, duas cartas. A primeira, chamada “Carta aos Jovens”, nela atribuem o exército como os únicos capazes de concretizarem os objetivos nacionais e acusavam a esquerda de ser “falecida em suas ideias”. E a segunda carta que, em linhas gerais, foi dirigida a toda comunidade internacional que, embora afirmassem a existência da tortura no país, a colocava como uma consequência proporcional as ações dos opositores ao regime. Solicitando também, o afastamento dos órgãos de investigação competentes relacionados aos direitos humanos, dentre outros, com a justificativa de que, coisas do país, devem ser resolvidas pelos próprios patriotas. As declarações dos cinco militantes foram amplamente divulgadas nos veículos de comunicação do país; reportagens sobre o tema ganharam destaque na televisão e nos principais periódicos nacionais” (GASPAROTTO, 2012, p 13)

Diante dessa ação, que segundo os próprios teria sido de espontânea ideia e vontade, se iniciava a estratégia de “Capturar líderes e militantes, e “induzir” combatentes

a protagonizar arrependimentos públicos compuseram a estratégia desmoralizar as ações contra a ditadura” (KUSHINIR, 2007). Criando um embate psicológico direto com a militância e toda população.

Alguns meses depois, se entregara voluntariamente as autoridades, um dos líderes mais conhecidos da Vanguarda Popular Revolucionário (VPR), o Massafumi Yoshinaga, à época com 21 anos, que tinha iniciado sua vida militante dentro do movimento estudantil. Em 2 de julho de 1970, o “Massa”, como era conhecido Yoshinaga, concedeu uma entrevista à TV Tupi, declarando arrependido de suas ações na luta armada e dentro da própria esquerda. Quando indagado sobre as causas que o teria motivado a abandonar o “terrorismo”, Massa destacou alguns motivos, dentre eles; a influência da já citada, “Carta aos Jovens”, a convivência com a própria militância, suas viagens clandestinas e o discurso do então presidente da república, o general, Emílio Garrastazu Médici.

O depoimento do militante, então com 21 anos, teve grande repercussão, tanto por sua idade, como pela “fama” que havia conquistado. As declarações de Massa ganharam as capas dos principais jornais do país, além de reportagens nas mais importantes revistas da época, como O Cruzeiro, Veja e Manchete. O semanário Veja, por exemplo, publicou reportagem de capa intitulada “o terror renegado”, que estampava a foto do jovem militante. (GASPAROTTO, 2012, p. 14).

Um movimento interessante para se analisar essa primeira fala de Massafumi Yoshinaga, é a identificação com o pensamento de um nacionalismo exagerado (ufanista), característica defendida pelo governo Médici, ao falar do “Espírito do povo” e da copa do Mundo de 1970, o que nos leva a interpretar como um dos movimentos mais evidentes da eficácia das ações de propaganda do Estado. Segundo Massafumi:

‘Não é este o caminho, está trilha de violência, ela não corresponde ao espírito do povo, ao sentimento do povo. E o verdadeiro sentimento do povo pelo menos em seu aspecto assim, mais carinhoso, está demonstrado no entusiasmo que houve na copa do mundo’ (TV Tupi, 2 de julho de 1970).

Em 23 de julho de 1970, Marcos Vinício Fernandes dos Santos (22 anos), Massafumi Yoshinaga (21 anos) e Rômulo Augusto Romero Fontes (23 anos), protagonizaram àquilo que ficaria marcado como o primeiro registro de retratação pública do período em questão. Novamente rodeados pela imprensa, os jovens fizeram questão

de deixar evidente suas posições contrárias as ações que vinham sendo feitas pela esquerda, usando em vários o termo, terrorismo. Seus discursos demonstravam uma simbiose arreigada de palavras de arrependimentos e frases de efeito o que, agradou significativamente aos militares.

Em uma Reportagem produzida pelo jornalista Fernando Molica, exibida em 8 de novembro de 2005 no Jornal da Globo e retransmitida pela Globo News, Marcos Vinício, Rômulo Augusto e um Tio de Massafumi, contam as suas versões dos fatos ocorridos em 1970. Reclusos em seus próprios mundos, continuam a afirmar, veementemente, que não sofreram nenhum tipo de coação para suas ações naquele momento. Muito pelo contrário, deixam claro que, para a situação vivenciada por eles naquele momento e diante do que o país vivenciará, foram eles que procuraram, voluntariamente, as autoridades para se oferecerem como portadores das “verdades”, vivenciadas e recém concebidas por eles.

Contudo, no decorrer da reportagem alguns detalhes merecem análise; quando perguntados sobre as verdadeiras motivações que os levaram a tais ações naquele período, Rômulo Augusto, persiste com a postura alinhada às suas ideias de arrependimentos alçados há 35 anos (de 1970 até a reportagem em questão). Por outro lado, alguns desconfortos, como a diferente forma com que eram tratados os presos referentes às diferentes classes sociais, e seu incômodo ao ver a possibilidade de ser um dos nomes na lista dos prisioneiros trocados pelo embaixador norte americano, Charles Burke Elbrick em 1969, já que segundo o próprio, Marcos Vinício, se posicionara, diante das circunstâncias, contrário a esse movimento de troca, sendo determinante para sua tomada de decisão.

Rômulo Augusto, um “arrependido sem arrependimentos”, declarou-se na reportagem como adepto às ideias integralistas, elencando ainda Emílio Garrastazu Médici como o melhor presidente que o país já teve, perdendo somente para “os tempos áureos do império”. Já Marcos Vinício, anistiado em 1979, diz agora precisar de uma segunda anistia, agora, referente a visão das esquerdas sobre ele. Fazendo questão de pontuar os ataques e perseguições sofridas por ele, desde então, afetando, diretamente sua vida nas esferas sociais e privadas.

A respeito de Akitoshi Yoshinaga, Tio do Massa, também presente na reportagem, tem a missão de traduzir o pensamento do sobrinho que se suicidou em 7 de junho de 1976. Defendendo que o sobrinho nunca deixou de comungar com o “espírito” da família de caráter e honestidade, lutando pelos seus companheiros.

Vale ressaltar, que esses episódios foram usados como modelos para outras declarações de jovens presos. Declarações essas, nem sempre voluntárias como as citadas, como é retratado nessa mesma reportagem, o caso de Celso Lungaretti, jornalista e ex-guerrilheiro da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), foi um dos presos políticos forçados pelos militares a participar da propaganda televisiva de "arrepentidos". Segundo ele, os próprios militares teriam o obrigado a fazer uma carta aos moldes, exatamente, do conteúdo das declarações de Massafumi Yoshinaga. Como destaca Gasparotto (2012, p. 15):

A partir do arrependimento de Massa, houve empenho das autoridades em conseguir outras retratações. A libertação do militante, dias depois, pode ser entendida como um sinal de que o governo estava disposto, inclusive, a negociar penas como forma de atrair outros arrependidos. Não são poucos os relatos de militantes que se referem às pressões ou “convites” por eles recebidos para realizarem este tipo de depoimento. Tal foi o caso de Celso Lungaretti.

O suicídio de Yoshinaga, e casos como os de Celso Lungaretti e Wellington Manguiera, que será discutido adiante, nos convidam a fazer uma reflexão sobre a postura da esquerda para com essas pessoas, principalmente no pós-ditadura, negando-lhes muitas vezes o direito à defesa e, comungando, por vezes, com os ideais repressivos tão combatido em seus discursos. Muitas vezes sem levar em consideração que, naquele período “Muito provavelmente, alguns desses indivíduos tiveram sua “rendição” conseguida pelos órgãos de repressão, que, certamente, usaram de violência física para tal” (KUSHINIR, 2007, p. 6). E onde “Destruir a imagem desses militantes diante da população em geral, fazendo do povo um aliado contra a luta armada, era, em primeira e última instância, o alvo” (KUSHINIR, 2007, p.6).

6- OPERAÇÃO CAJUEIRO

Em 1976, o Brasil continuava em seu percurso de lugubridade iniciado em 1964, acrescentando o dissabor da contradição do governo comandado pelo general Ernesto Geisel (1974-1979), que conduzia o projeto de “distensão lenta, gradual e segura”, anunciado como um processo de abertura política. Apesar do discurso oficial de transição para a normalidade institucional, o regime manteve seus mecanismos autoritários ativos

e fortalecidos, especialmente, no contínuo combate as forças oposicionistas representadas pelos grupos das esquerdas.

Vale pontuar que no plano institucional, o governo brasileiro ainda operava sob a vigência do Ato Institucional nº 5 (AI-5), onde, portanto, dispunha de todo aparato repressivo e legal para ir de encontro a todas as ações, instituições e indivíduos “subversivos”. Embora buscasse conter os setores mais radicais das Forças Armadas, os denominados, “linhas duras”, a repressão política permanecia estruturada e ativa, sustentada por órgãos como: DOI-CODI, SNI e CENIMAR.

Do lado da esquerda, o cenário permanecia desanimador, com episódios de enfraquecimentos e rompimentos. As organizações de luta armada, como discutido anteriormente, tinham entrado em declínio ainda em 1971, com a desarticulação da guerrilha do Araguaia em 1974. Em 1976, o alvo da repressão deslocou-se para a vigilância e perseguição de militantes ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), e os demais setores da esquerda que atuavam na clandestinidade, mesmo com estratégias políticas diplomáticas e não armadas, como os movimentos sindicais e os intelectuais.

Esse período ficou lembrado por acontecimentos lamentáveis e emblemáticos da repressão estatal como o assassinato do jornalista Vladimir Herzog em 1975 e Manoel Fiel Filho em 1976, ambos mortos sob a custódia dos militares atuantes no Estado de São Paulo. Esses episódios retrataram claramente o verdadeiro sentido da abertura anunciada pelo governo e expuseram suas contradições. Gerando reações em toda a sociedade civil sinalizando um desgaste mais contundente da legitimação popular do regime.

O ano de 1976, portanto, não representou a proposta de ruptura com o passado repressivo prometido pelo Estado. Ao contrário demonstrou sua natureza ambígua e de permanência da crueldade estatal institucionalizada, coexistindo com os primeiros sinais de reorganização da sociedade e de questionamentos recorrentes ao sistema de governo vigente até então.

Operações de desarticulação do PCB foram orquestradas em todo o país, como o objetivo, não mais centrado somente na punição a esses indivíduos e sim, a desestruturação de suas bases políticas e conseqüentemente, o enfraquecimento de suas bases de articulações partidárias locais e nacionais. Estados como Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul foram alvos dessas articulações. O Estado de Sergipe não ficou de fora dessa empreitada repressiva.

A obra de memória, “Os ícones de um terremoto: Golpe Militar, repressão e resistência política” de autoria de Paulo Barbosa de Araújo (2010), militante que atuou

no combate ao regime ditatorial, e foi um dos alvos da referida “Operação Cajueiro”. Narra com detalhes como se deu esse, por ele intitulado, “Carnaval de torturas” em Sergipe

Jamais pensaríamos que o carnaval de Aracaju do ano de 1976 fosse diferente dos outros carnavais dos anos anteriores e dos existentes em todo o mundo! Entretanto, realmente foi bem diferente, terrivelmente diverso, assintomático, um carnaval que estava mui impregnado das características venezianas; pessoas comuns, usando roupa civil, completamente desconhecidas da população local, começaram ainda na sexta-feira, antes do início das folias, a sequestrar os antigos e novos presos políticos. Iniciava-se o carnaval mais violento da nossa história. A notícia se espalhou entre os subversivos por toda a cidade, antes da caída da noite como uma bomba (ARAÚJO, 2010, p. 243).

O trecho em questão narra, de uma perspectiva própria, o fatídico 20 de fevereiro de 1976, onde deflagrou-se a “Operação Cajueiro” que era resultado da nova política governamental, juntamente com a vigilância a membros do PCB no Estado. E tinha por objetivo, “documentar o envolvimento dos militantes e montar o processo com a acusação de ‘haverem se articulado para reorganizar, no Estado de Sergipe, o extinto partido comunista brasileiro’” (DANTAS, 2014, p. 289).

A Operação cajueiro fazia parte de conglomerado de ações promovidas pelo então Ministro da Guerra, Silvio Frota, que divergia categoricamente da política de transição democrática defendida por Geisel. “O Frota e seu grupo de apoio acreditavam que ainda não era hora de o país fazer tais aberturas, mesmo porque se acreditava que também ele desejava o cargo de presidente da República” (ARAÚJO, 2010, p.246). Com isso, os próprios militares divergiam entre si, onde muitos discordavam a despeito das movimentações de Frota.

Esses militares formaram a “resistência dos quartéis”, sofrendo por isso, perseguições, punições e torturas; segundo dados do portal Memórias da ditadura, criado pelo Instituto Vladimir Herzog, foram cerca de 7,5 mil membros das Forças Armadas e bombeiros. Em Sergipe, o comandante do 28º BC, o coronel Osman de Melo e Silva, assim como os demais oficiais que não concordavam com certos procedimentos, foram substituídos por profissionais de confiança do general Fiúza, defensor declarado da tortura (CARVALHO, 2017, p. 39).

“Na verdade, os fatos acontecidos nos porões do 28º Batalhão de Caçadores e a própria Operação Cajueiro não tinha tanta autonomia como era apregoado” (ARAÚJO, 2010, p. 253). Contudo, é inegável a participação de parte das forças militares locais. E a isso pode justificar-se, parcialmente, o discurso adotado pelo Governo do Estado de Sergipe, na figura do seu representante José Rollemberg Leite, que afirmara desconhecer tais ações.

Vale esclarecer que a Operação Cajueiro não se configurou como um episódio isolado no âmbito estadual, mas integrou um quadro mais amplo e sistemático de repressão política instaurado a partir do golpe civil-militar de 1964. Ainda naquele ano, o então governador do Estado, Seixas Dória, foi deposto de seu cargo e submetido à prisão sob a acusação de conspiração em conjunto com o presidente João Goulart. Em decorrência dessas acusações, foi transferido para a ilha de Fernando de Noronha, onde permaneceu detido por aproximadamente quatro meses. Tal episódio evidencia a precocidade e a intensidade da repressão direcionada às lideranças políticas estaduais que se posicionaram contrariamente à ruptura institucional. Nesse contexto, Seixas Dória, ao lado de Miguel Arraes, então governador de Pernambuco, destacaram-se como os chefes do Executivo estadual a resistir abertamente ao golpe, assumindo, de forma direta, as consequências políticas e pessoais decorrentes de sua oposição ao novo regime. O que acabou atingindo de maneira direta seus aliados no âmbito Estadual.

Com a deposição do Presidente da República e de Seixas Dória das chefias dos Poderes Executivos nacional e estadual, deputados estaduais como Cleto Sampaio Maia (PRT), Viana de Assis (PR), José Nivaldo dos Santos (PR) e Baltazar José dos Santos (PSD) também foram atingidos por uma onda de perseguições políticas, tendo os mandatos cassados em 14 de maio de 1964 (CARDOSO, 2019, p. 10).

Em 1976, a Operação Cajueiro começou a ser montada semanas antes das suas ações diretas acometidas aos jovens “subversivos” sergipanos. O estopim para a concepção dessas operações de desarticulação ao Partido Comunista, deu-se, iniciando com a prisão de um militante do comitê central do PCB, que estava passando por vários Estados e reunindo-se com outros militantes. E Sergipe fora um desses Estados, segundo Paulo Barbosa de Araújo,

O Major do DOI/CODI e mais alguns oficiais, todos com grande experiência nesta área de trato com militantes esquerdistas, estavam a

transportar o militante do Comitê Central, e, como este havia percorrido o Brasil, para fazer um levantamento da situação do seu partido recentemente, tinha as informações que os militares desejavam para dar um basta na subversão. Ele dizia o que havia feito em cada Estado e com quem tinha estado. A equipe militar entrava em ação e o processo de repressão se iniciava. (ARAÚJO, 2010, p. 252).

Assim, como o imaginável, as prisões ocorreram em torno de Marcélio de Souza Bonfim, então líder do PCB em Sergipe. Todas as pessoas que tiveram alguma aproximação direta com Marcélio nas semanas em que ele esteve sob vigilância foram presos, do jornaleiro de jornal a militantes que não estavam mais em atuação, como o caso de Wellington Mangueira que, como ele narrou em entrevista a autora do presente artigo; “Nesse momento estava mais dedicado ao Clube do Cotinguiba, afastado da militância por motivos familiares e de saúde”. No geral, vinte e nove pessoas foram presas durante a operação.

Casos como o de Pedro Hilário dos Santos, veterano que lutou na Segunda Guerra Mundial através da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que preso na Operação, fora torturado tão cruelmente, que afetou sua saúde consideravelmente, sendo solto, logo ao ser constatado suas condições. De acordo com Araújo (2010, p. 254), ““Pari Passu”, a imprensa nacional e até a internacional noticiou que um herói da II Guerra Mundial estava sendo torturado por militares, em edificações do 28º Batalhão de Caçadores, onde jamais ouviram falar na verdadeira guerra!”. Infelizmente, logo depois de sua soltura, Pedro Hilário veio a óbito.

Outro caso impactante, que nos ajuda a mensurar, se é que isso seja possível, os limites da tortura orquestrada durante a Operação, é o caso do funcionário da Petrobrás Milton Coelho, que, segundo Paulo Barbosa Araújo, por uma desatenção dos militares responsáveis por sua prisão, Coelho não foi vendado, como os demais, o que o permitiu reconhecer os sergipanos que estavam a colaborar com tal barbárie. “Por esse motivo, os militares mandaram cegá-lo. As coisas começaram da seguinte maneira: foram batendo com o lado rígido da palma da mão nos olhos, com o objetivo de destruir os olhos do preso. Tanto bateram que conseguiram cegá-lo” (ARAÚJO, 2010, p. 256).

“Enquanto isso, a sociedade pouco se manifestava” (DANTAS, 2014, p. 292). Essa ausência de manifestação popular inicialmente deveu-se a um fator por vezes citado nesse artigo, a manipulação popular através da censura à imprensa. Apesar de no caso da Operação Cajueiro, a manipulação efetivou-se, exclusivamente, na imprensa local que “praticamente nada podia publicar. Somente cerca de oito dias após o início da operação,

os militares distribuíram sua versão aos jornais, e o Diário de Aracaju conseguiu transcrever parte da matéria do Jornal do Brasil” (DANTAS, 2014, p. 292).

Acredita-se que tal publicação do Diário de Aracaju, referindo-se as prisões que até então, eram, categoricamente negadas; só ocorreu devido a pressões de políticos locais, familiares e amigos dos presos e principalmente, a repercussão do caso em jornais de outros Estados, onde, entre parte de seus quadros de colonistas estavam sergipanos ligados, política e pessoalmente, aos detidos, Segundo Ibarê Dantas (2014):

A repercussão fora do Estado deveu-se a Paulo Fernando Teles de Moraes, Correspondente de *O Globo*, o primeiro a divulgar, e a Paulo Barbosa de Araújo, de *O Estado de São Paulo*, que, através de Telex, informou a órgãos de notícias de outros Estados (Tribuna da Bahia, O Globo, O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil) (DANTAS, 2014, p. 293).

“Desse modo graças a influência desses correspondentes, as prisões e tortura foram denunciadas, na época as notícias não foram assinadas pelos jornalistas, mas o arbítrio ganhou visibilidade fora do Estado” (NUNES, 2025). É nesse contexto que fazendo uso dos recursos de manipulação idealizados em 1970, partindo da retratação pública de Massafumi Yoshinaga. Uma das primeiras manchetes divulgadas na imprensa sergipana detinha o seguinte título: “Advogado preso aconselha juventude a abominar Comunismo” (Gazeta de Sergipe, 01/03/1976, p. 2). Que traria como destaque de sua edição, uma carta supostamente escrita pelo jovem advogado Wellington Mangueira, um dos alvos da operação, renunciando “a maconha e ao Comunismo”. Episódio esse que será mais bem estudado na discussão a seguir.

Ao fim, após muito sofrimento alguns dos presos ficaram totalmente libertos e outros, foram processados e responderam em liberdade. No fim, para os documentos oficiais, as prisões feitas pela Operação Cajueiro duraram cerca de 40 a 50 dias em seus casos mais extremos de reclusão. Entretanto, essa dimensão burocrática não traduz a profundidade da experiência vivida. Para aqueles que sofreram diretamente a repressão, os efeitos ultrapassaram o tempo cronológico da reclusão, permanecendo inscritos na memória, no corpo e na trajetória de vida. As sequelas físicas e emocionais deixadas por aquele episódio, ocorrido durante o carnaval de 1976 em Aracaju, evidenciam não apenas a violência do aparato repressivo, mas também as dificuldades históricas da sociedade brasileira, e latino-americana, em aceitar a pluralidade de ideias e conviver com as diferenças políticas e sociais.

7- WELLINGTON MANGUEIRA: A VERDADE SOBRE O QUE ESTÁ ESCRITO.

Wellington Dantas Mangueira Marques, nasceu em 21 de agosto de 1945 em Aracaju-SE, filho de Alvarim Mangueira Marques e Iracy Dantas Marques. Desde muito cedo, já tinha parte de suas ideais políticos e ideológicos bem definidos, o que me muito se deu, através de seu pai, simpatizante dos ideais socialista.

Mas o que viria a definir, de fato, a caminhada política de Wellington Mangueira seria seu ingresso no Colégio Estadual Atheneu Sergipense. Como relata o jornalista Milton Júnior, em seu livro: *Continência a um comunista: Wellington Mangueira, a história de um Sergipano na luta pela redemocratização* (2018), que, “No auge dos seus 11 anos de idade ele já pensava em se unir aos veteranos do Atheneu, e, aos poucos contribuir com o desenvolvimento social da nação e valorização de todas as classes trabalhadoras” (p. 51). Antes de adentrar ao Atheneu, estudou Escola Santa Joana D’Arc e no Grupo Escolar Rodrigues Dórea, onde concluiu o ensino primário.

Aos 16 anos, estudante do Colégio Atheneu, Wellington já exercia ativamente suas lutas políticas. E com a posse de João Goulart, dado a renúncia do Jânio Quadros (1961), suas “lutas tomaram corpo”, e a convite dos colegas Jonaldo Matos Santiago e João Ernestino, Mangueira entra para o Grêmio Escolar do Atheneu². Em 1962, chegou a disputar a vaga de vice-presidente para as eleições gremistas, no entanto, não obteve êxito. Até que no ano seguinte (1963), fora eleito presidente do Grêmio escolar Clodimir Silva, onde detinha o slogan: “Esporte, Cultura, turismo e politização”.

Em 1964, com a chegada do golpe, o jovem Wellington Mangueira se encontrava em total apoio as reformas de base propostas por Goulart e liderava uma greve estadual contra os aumentos abusivos das mensalidades escolares, onde, por ocasião dessa greve muitos foram presos, porém, Mangueira conseguiu esconder-se.

Em maio de 1964, a diretora do Colégio Atheneu, Maria Augusta Lobão, demonstrando estar em total alinhamento com a nova forma de governo; convidou uma comissão do exército ao Colégio, para que falassem sobre os novos projetos para o Brasil. Ao fim do evento, a diretora solicitou que ficassem de pé todos os jovens que estariam

^{2 2} Entrevista realizada com Wellington Dantas Mangueira Marques, cedida a autora na UFS, em 16.01.2026, São Cristóvão-SE. O entrevistado forneceu carta de cessão.

interessados em apoiar o movimento. Todos ficaram de pé, exceto 7 jovens, eram eles: Alceu Monteiro, Abelardo Silva, Jackson Figueiredo, Anderson Nascimento, Mário Jorge Vieira, Silvio Santana Filho e Wellington Mangueira. E assim, estava anunciada uma perseguição política estudantil por parte de Maria Augusta aos jovens rebeldes.

Em agosto de 1964, em comemoração ao Dia do Estudante, Wellington e outros companheiros, juntamente com o padre Moreira Lima, organizaram uma sessão de cinema, onde, aproveitaram o ensejo da grande quantidade de jovens que lotaram o Cine Vitória, para recitar frases de José Geniete como: “Juventude sem espírito de rebeldia é servidão precoce”. Esse slogan foi entendido como incitação à subversão, e isso ocasionou a expulsão dos jovens do Colégio Atheneu Sergipense, acusando-os, como demonstra a carta de expulsão de Mangueira (Anexo 1), de “contribuir para a desarmonia social e ideológica” na referida instituição de ensino. Neste caso, entre idas e vindas, os jovens recorreram à justiça, que ainda não estava totalmente ligada aos comandos exército, conseguiram retornar ao colégio. E, dada a situação, a Diretora Maria Augusta Lobão, solicitara seu próprio desligamento da instituição.

Wellington Mangueira, começou a ganhar notoriedade em todo o Estado graças as suas mobilizações estudantis. E em uma dessas movimentações, o XVI Congresso Estadual dos Estudantes no município de Lagarto, Mangueira, foi esfaqueado a mando do então prefeito da localidade, Rosendo Ribeiro Filho.

Ribeirinho, como era conhecido, ainda não contente com o que tivera feito, ordenou que o hospital da cidade não atendesse a nenhum comunista, qual fosse a sua situação; como narra, Milton Júnior (2018), “sem meias palavras a ordem do prefeito era uma só: comunista tinha que morrer e, ao menos em Lagarto, WM, nem ninguém do grupo deveria ser atendido”. Mangueira, perdeu cerca de 20 cm de seu intestino, o que viria a aumentar ainda mais seus sofrimentos durante as torturas nos anos seguintes.

Parcialmente restabelecido das consequências físicas e psicológicas decorrentes do episódio de violência que sofrera, Mangueira manteve-se politicamente ativo na oposição ao regime instaurado após o golpe civil-militar de 1964. Alinhado à orientação política defendida por Carlos Prestes, posicionou-se de forma crítica à adoção da luta armada como estratégia de enfrentamento à ditadura, optando por formas de resistência baseadas na mobilização política e na atuação coletiva no interior do movimento estudantil. O contexto de intensificação da repressão estatal e os acontecimentos emblemáticos de 1968, em especial o assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto, que evidenciou a radicalização da violência do regime contra a juventude, exerceram forte

impacto sobre sua trajetória política. Nesse cenário, Mangureira integrou o grupo de estudantes que participaram do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado de forma clandestina em Ibiúna (SP). A reunião foi reprimida pelas forças de segurança desse Estado, resultando na prisão em massa dos participantes, ocasião em que Mangureira foi detido pela primeira vez (Anexo 2).

Quando perguntado em entrevista a autora desse artigo sobre quantas vezes teria sido preso durante a Ditadura civil-militar, WM responde:

Quando eu digo que fui preso 13 vezes, até companheiros da velha guarda ficam dizendo: “rapaz, quantas prisões suas é essa?”. Às vezes o cidadão está longe, como foi o caso do meu grande amigo Marcélio Bomfim. Eu respondia: “você estava em Moscou!”. Foi nos anos de 1966, 1967 e 1968, quando os estudantes promoveram mobilizações em todo o Brasil, e eu era uma das lideranças. Nesse período, as prisões funcionavam como detenções preventivas: prendiam hoje, soltavam no dia seguinte. Em outras ocasiões, havia convocações formais da polícia estadual. Normalmente, eu ficava preso um ou dois dias e era liberado. Não me identificavam necessariamente como comunista, mas como um jovem rebelde que defendia a democracia e as liberdades democráticas. Porque mesmo depois que voltei de Moscou, fui preso e solto, preso e solto... Quer dizer, foram 13 vezes.³

A volta de Moscou que Wellington Mangureira considera, referida na entrevista, foi um dos momentos mais traumáticos de sua vida. Onde, ele mesmo relata que durante seus dois anos em Moscou, ficou muito amigos de Carlos Prestes e sua família. E que, mesmo sem o seu conhecimento, o próprio Prestes, teria escrito em um papel os nomes dele (Mangureira), e de sua esposa, Laura Marques; e entregue a um renomado médico paulista chamado, Fued Saad, que, ao retornar ao Brasil, seria preso e os nomes de Wellington e Laurinha, encontrados no bolso de seu paletó. Mangureira relata ainda, que o motivo pelo qual, Carlos Prestes, teria dado os nomes a Saad, era uma forma de indicar a preferência do casal para assumirem um papel relevante no PCB de paulista.

Sem saberem do ocorrido, quando retornaram ao Brasil, Mangureira e sua esposa foram presos e duramente torturados. Passando pelo pau de arara, choques elétricos, câmara fria... Além das torturas psicológicas, referentes a sua esposa e demais familiares. É nessa passagem que WM deparou-se pela primeira vez com a tentativa da utilização de suas palavras. “Você é comunista? Se não for comunista, assumo que não é”. Ou seja, uma tentativa de colocar em prática o mecanismo, já discutido no presente artigo, de

³ Entrevista realizada com Wellington Dantas Mangureira Marques, cedida a autora na UFS, em 16.01.2026, São Cristóvão-SE. O entrevistado forneceu carta de cessão.

utilização de um militante conhecido, como meio da propaganda anticomunista governamental.

Após esse fato, Wellington Mangureira se afastou diretamente da militância do PCB e passou a dedicar-se a família e a sua segunda casa, o clube desportista do Cotinguiba. Contudo, seus ideais nunca foram esquecidos durante esse período; como por exemplo, no apoio aos candidatos do PCB e nos famosos carnavais do clube aracajuano. Mangureira e seus amigos sempre davam um jeito de passar a mensagem do “Carnaval da paz e contra a guerra”, “Carnaval democrático, no Cotinguiba todos somos iguais”. Usando desses artifícios como palavras de ordem contra o regime.

É justamente nesse contexto que acontece sua prisão em 1976, durante a Operação Cajueiro. Mangureira, relata que usaram de uma desculpa sobre um início de tumulto na porta do clube, e ao sair, fora agarrado, encapuzado e jogado no fundo de um carro. “Eu gritei: Zé Alvino (atleta do clube), estão me levando preso, estão me sequestrando, avise aos meus pais”.

Mangureira Marques foi um dos primeiros alvos da operação, preso em 20 de fevereiro de 1976 a mando do encarregado do Inquérito Policial Militar (IPM), o tenente coronel, Oscar da Silva, como consta em seu mandado de prisão (Anexo 3). Mesmo não ficando muitos dias detido, sua prisão durante a operação foi escopo para um episódio marcante em sua trajetória como militante.

No dia 28 de fevereiro de 1976, a imprensa baiana começava a repercutir em seus jornais a notícia de que um jovem advogado Sergipano teria feito uma carta renunciando “a maconha e ao comunismo” (Anexo 4). O jovem advogado, a quem fora atribuída essa carta era, Wellington Dantas Mangureira Marques. As notícias sobre essa carta, somente chegariam a Sergipe no dia 01 de março, através do jornal Gazeta de Sergipe (Anexo 5). Trazendo como destaque, para além da carta, um contexto biográfico para a utilização dela.

Quando perguntado sobre esse episódio, Mangureira lamenta a utilização de seu nome para propagar pensamentos que nunca seriam seus e faz uma metáfora utilizando a passagem bíblica em que Pedro apóstolo, negou a Cristo por três vezes para salvar-se. Como também, o físico, Galileu Galilei, negou a esfericidade terrestre para não ser morto. Ele fizera o mesmo para ser libertado. Complementa ele dizendo:

Eu dizia que não era comunista. Mas, eu era comunista. Em determinado momento, chegou um soldado e disse: “Se você não é

comunista, então, assine esse documento”. E eu assinei! Com base nisso, fizeram uma carta dizendo que eu tinha me decepcionado com Moscou, o que nunca aconteceu (...) então quero que fique logo claro, nunca renunciei, apenas fui omissivo. Gostaria de ter tido mais coragem para dizer: “sou comunista, e pronto!” Mas não é assim. Uma coisa, é você está em um Estado democrático de direito, outra coisa, é você está em lugar de terror. Este é o relato!⁴

Fato é, que tanto essa carta quanto suas colocações profissionais no pós-1985, tiveram grande impacto na vida pessoal e pública de Wellington Manguiera, através de ilações e calúnias sobre seu caráter quando militante do PCB. Uma espécie de perseguição e suposições nunca provadas, realizadas por alguns membros da esquerda e ex-companheiros de luta, como Milton Coelho e Jackson Barreto de Lima. Segundo o próprio Manguiera, Milton Coelho foi coagido a pensar e falar sobre ele, e seus razões eram meramente pessoais, e que em nada justificaram os ataques proferidos.

Já no caso de Jackson Barreto, as razões seriam políticas e infundadas. Wellington chega a destacar que a maior ideologia é aquela seguida na prática e sua vida seria um exemplo disso. Nesse caso, o Partido Comunista Brasileiro, chegou a enviar a Manguiera um pedido de esclarecimento sobre as falas proferidas por Jackson (Anexo 6). As falas seriam a respeito de aparelhos do PCB que teriam sido desarticulados no Estado, logo após a soltura de Manguiera. Algo, segundo ele, nunca comprovado.

O caso de Wellington Manguiera, embora tenha semelhanças, não pode ser classificado como um episódio de retratação pública, e muito menos, a sua figura como a de um arrependido. No entanto, o episódio da carta veiculada com seu nome, pode ser considerada como um documento utilizado como propaganda política. Apesar de o próprio, em entrevista a autora, não concordar com essa abordagem: “Não, pois não aceitei ir para a televisão, aquilo (a carta), era para me desmoralizar, uma armação”⁵. Nesse sentido, o episódio revela as ambiguidades que envolvem a produção e a circulação de documentos em contextos autoritários. Ainda que a carta tenha sido apresentada publicamente como manifestação pessoal, sua divulgação ocorreu em um cenário marcado por pressões, vigilância e controle dos meios de comunicação, o que coloca em dúvida o grau de autonomia do sujeito sobre o conteúdo atribuído ao seu nome. Assim, o caso pode ser compreendido como parte da estratégia de exposição pública destinada a

⁴ Entrevista realizada com Wellington Dantas Manguiera Marques, cedida a autora na UFS, em 16.01.2026, São Cristóvão-SE. O entrevistado forneceu carta de cessão

⁵ Entrevista realizada com Wellington Dantas Manguiera Marques, cedida a autora na UFS, em 16.01.2026, São Cristóvão-SE. O entrevistado forneceu carta de cessão

fragilizar simbolicamente o indivíduo e a reforçar a narrativa oficial. A tensão entre a memória do protagonista e o uso político do documento evidencia, portanto, a complexidade das fontes produzidas sob regimes de exceção, nas quais a autoria e a intenção nem sempre coincidem com a forma como o material foi apropriado e divulgado.

8- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo central compreender a finalidade do uso das declarações públicas dos chamados “arrepentidos” durante a ditadura civil-militar brasileira, bem como as razões que os levaram a realizá-las em um contexto marcado pela repressão política, pela censura e pela violência institucionalizada. A análise dos documentos, depoimentos e fontes orais evidencia que tais declarações não podem ser compreendidas como atos puramente individuais ou espontâneos, mas como instrumentos inseridos em uma estratégia mais ampla de controle político e simbólico do regime. Ao promover publicamente o “arrepentimento” de ex-militantes, o Estado buscava deslegitimar a oposição, fragilizar a coesão das esquerdas e construir uma narrativa de consenso em torno da ordem autoritária, na qual a dissidência aparecia como erro moral, desvio ideológico ou ameaça à estabilidade nacional.

A investigação de casos concretos de arrependimentos públicos, como os de Marcos Vinício Fernandes dos Santos, Massafumi Yoshinaga e Rômulo Augusto Romero Fontes, permitiu identificar tanto os sujeitos envolvidos quanto as múltiplas consequências enfrentadas por esses ex-militantes no interior das organizações de esquerda. Observou-se que, independentemente das motivações individuais, que variaram entre coerção direta, sobrevivência física, isolamento político e esgotamento psicológico, os arrependidos passaram a ocupar uma posição ambígua e frequentemente marginalizada no campo da militância. Muitos foram alvo de desconfiança, estigmatização e ruptura de vínculos políticos e afetivos, evidenciando que o arrependimento público operou também como mecanismo de fratura interna das esquerdas, ao corroer laços de solidariedade e minar a confiança coletiva, efeitos desejados e explorados pelo aparato repressivo.

Por fim, ao relacionar esses episódios à Operação Cajueiro, percebe-se que ela não se limitou à repressão física e à prisão de militantes, mas atuou igualmente no plano simbólico, utilizando do discurso e de personalidades irreverentes como ferramenta de dominação e de produção de sentido, através da propaganda ditatorial, conforme

analisado ao longo deste trabalho. Dessa forma, conclui-se que os arrependidos não foram apenas personagens isolados da repressão, mas peças centrais em uma engrenagem que visava enfraquecer a oposição política, legitimar o autoritarismo e instaurar uma pedagogia do medo, cujos efeitos se estenderam para além do período ditatorial, impactando memórias, trajetórias e disputas narrativas no tempo presente.

Fontes orais:

Entrevista realizada com Wellington Dantas Manguiera Marques, cedida à autora na UFS, em treze de janeiro de dois mil e vinte e seis, São Cristóvão/ SE.

Fontes jornalísticas:

A tarde. Preso em Sergipe abandona Comunismo e faz carta aos jovens. Salvador-BA, 28 de fevereiro de 1976, p. 02.

Gazeta de Sergipe. Advogado preso aconselha juventude a abominar Comunismo. 01 de março de 1976.

Documentos oficiais:

ASV/ACE/SEC 3802/82 1/2. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ppp/82003802/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ppp_82003802_d0001de0002.pdf. Acessado em: 4/11/2025.

ASV/ACE/CNF 3906/ 82 1/1. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/login.asp> Acessado em: 04/11/2025.

Sistema Nacional de informações, Ficha individual: Wellington Manguiera. 17/03/1969 Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/login.asp> Acessado em 06/11/2025. Acessado em: 06/11/2025.

Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” (Sergipe - Relatório Final). Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe (Edise), 2021. Disponível em: <https://segrase.se.gov.br/edise/produto/250/digital>. Acessado em: 07/11/2025.

Partido Comunista Brasileiro, pedido de retratação, 25/12/1991, Salomão Malina. Acervo do DOPS/SE. Disponível no Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES).

Mandado de prisão, Operação Cajueiro, 20/02/1976. Acervo do DOPS/SE. Disponível no Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES).

A carta de Wellington, 24/02/1976. Acervo do DOPS/SE. Disponível no Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES).

Recursos filmicos:

ROGÉRIO, Fábio. Operação Cajueiro: um carnaval de torturas. Youtube, 04 de janeiro de 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pAT_UIEyZw&t=1s. Acesso em: 12/08/2025.

MURAT, L. Que bom te ver viva. Taiga produções. 1989. 1h 40m. Disponível em: https://youtu.be/WXqIqCfEa9I?si=7aDvAKa_3mWseaep. Acessado em 17 dez. 2025

Entrevista de Massafumi Yohinaga ao repórter da TV Tupi Almir Guimarães, exibida no Telejornal Ultra-Notícias do Dia, 2 de julho de 1970. Disponível em: <https://youtu.be/SmV4Csiw7ms?si=Xf6I2zmtOv-we-M0>. Acessado em: 16/10/2025.

Reportagem produzida pelo jornalista Fernando Molica, exibida em 8 de novembro de 2005 no Jornal da Globo e retransmitida pela Globo News. Disponível em: <https://youtu.be/ma-1BkbPuOc?si=NnuKAUykKkdyAvDI> Acessado em: 16/10/2025.

Bibliografia:

AARÃO REIS, Daniel; FERREIRA DE SÁ, Jair. **Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

ALVES JÚNIOR, Milton. **Continência a um comunista: Wellington Manguiera, a história de um sergipano na luta pela redemocratização do Brasil**. 1. ed. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe, 2018.

ARAÚJO, Paulo Barbosa de. **Os ícones de um terremoto: golpe militar, repressão e resistência política**. Aracaju: Diário Oficial, 2010.

BETTO, Frei. **Batismo de sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella**. 14. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARDOSO, Célia Costa. 1964 em Sergipe: política e repressão. **Anais do XXVI**, 2019. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548855457_1196e9e243d3fdca500add0b1bb91e52.pdf . Acessado em: 02/03/2026.

CARVALHO, Thayza Souza et al. **Aparelho repressivo de Estado: memórias da ditadura em Sergipe**. 2017. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/5707> . Acesso em: 24/09/2025.

CASTRO NETTO, David Antônio De. **Ditadura militar, propaganda e otimismo no Brasil dos anos 1970**. Revista Trilhas da História, v. 8, n. 16, p. 72-96, 2019. Disponível em: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/7829> . Acesso em: 23/11/2025.

DA SILVA, Michel Goulart. **Os militares e a propaganda anticomunista na ditadura.** Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/ce marx/article/view/17550> . Acesso em: 23/11/2025.

DANTAS, Ibarê. **A tutela militar em Sergipe: 1964-1984: partidos e eleições num Estado autoritário.** 2. ed. São Cristóvão: UFS, 2014.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Nathália Santos; DE ALMEIDA, Luísa Estanislau Soares; DULCI, Tereza Maria Spyer. **O país feito por eles: propaganda e memória da ditadura militar em O Brasil (2014), de Jaime Lauriano.** Revista Trilhas da História, v. 13, n. 25, p. 175-195, 2023. Disponível em: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/19452> . Acesso em: 26/10/2025.

FICO, Carlos. **“Prezada censura”: cartas ao regime militar.** Topoi, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 251-286, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X003005011> . Acesso em: 26/10/2025.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?** Curitiba: A Página, 2010.

GASPAROTTO, Alessandra. **O terror renegado: a retratação pública de integrantes de organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

GASPAROTTO, Alessandra. **“Viver ou morrer na guerrilha”: reflexões sobre o testemunho de um militante da resistência armada contra a ditadura que participou dos processos de retratação pública (Brasil, 1970-1975).** Disponível em: <https://www.anpuh.org.br> . Acesso em: 24/10/2025.

GESTEIRA, Luiz André Maia Guimarães. **A Guerra Fria e as ditaduras militares na América do Sul.** Scientia Plena, v. 10, n. 12, 2014. Disponível em: <https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/2062> . Acesso em: 03/01/2026.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira – das ilusões perdidas à luta armada.** Rio de Janeiro: Ática, 1987.

KUSHNIR, Beatriz. **Desbundar na TV: militantes da VPR e seus arrependimentos públicos.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIV, 2007. Anais [...]. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net> . Acesso em: 24/10/2025.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MOREIRA, Danilo Sorato Oliveira. **Releitura da política externa do governo Geisel: o anticomunismo como variável em 1974.** Mosaico, v. 13, n. 20, p. 324-343, 2021. Disponível em: <https://scholar.google.com> Acesso em: 03/01/2026.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MUNTASER, Lara Denise et al. **O poder da comunicação durante o regime militar brasileiro: uma análise crítica**. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/26534> Acesso em: 03/01/2026.

NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro: 1964-1985**. São Paulo: Atual, 1998. (Discutindo a História do Brasil).

NUNES, Ronaldo de Jesus. **Desvendando o enigma vermelho: Operação Cajueiro, PCB e crise partidária em Sergipe (1976-1980)**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, v. 1, n. 54, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/rihgse/article/view/21419> . Acesso em: 24/09/2025.

OLIVEIRA, Luciano. **Ditadura militar, tortura e história: a “vitória simbólica” dos vencidos**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 26, p. 7-25, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092011000100001> Acesso em: 26/02/2026.

RAMOS, Vanderlan Oliveira. **Cinquenta anos após o carnaval de torturas**. Disponível em: <https://snh2011.anpuh.org>. Acesso em: 15/12/2025.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SANTOS, Dorcas Ferreira. **Memória e educação: a Operação Cajueiro no ensino de história (1976-2023)**. 2023. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufsf/18131> Acesso em: 16/12/2025.

SCHNEIDER, Nina. **Propaganda ditatorial e invasão do cotidiano: a ditadura militar em perspectiva comparada**. Estudos Ibero-Americanos, v. 43, n. 2, p. 333-345, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/24745> Acesso em: 28/01/2026.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VALLI, Virgínia. **Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho**. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1986.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou: a aventura de uma geração**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VILLAMÉA, Luiza. A Torre: **O cotidiano de mulheres encarceradas pela ditadura**. Companhia das Letras, 2023.

ANEXOS:

Anexo 1, Carta da expulsão de Wellington Mangueira assinado pela Diretora Institucional, Maria Augusta Lobão. Acervo DOPS/SE, disponível no APES.

COLEGIO ESTADUAL DE SERGIPE
ESTADO DE SERGIPE

Cartório do 2.º Ofício
ARACAJU
José Campos de Souza
TABELIAO
Luca Soares da Rocha
SUBSTITUTA
Lobão Clara de Oliveira
ESCREVENTE

CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO
Bel. JOSÉ CAMPOS DE SOUZA
ARACAJU - SERGIPE

Recibo de entrega e firma Luca de
Maria Augusta Lobão Moreira

Aracaju,

Em 22.09.64 de Aracaju
Assinado em 5 de novembro de 1964
Maria Augusta Lobão Moreira
L. O. 1000-1000-1000 - SECRETARIA Nº. 34
do IMPRIMIMENTO DE TABELIAO

A diretora do Colégio Estadual de Sergipe usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno em vigor, e,

Considerando o expediente do Comando do 28 B. C. para o Governo / do Estado (ofícios nº 104, de 19 de agosto do ano em curso, nº 12 / 400, de 1º do corrente mês) certificando que, através da Comissão de Pesquisa e Investigação ficara apurado que o aluno WELLINGTON DANTAS MANGUEIRA MARQUES poderá contribuir para a desarmonia social e ideológica neste Estabelecimento de Ensino Público;

considerando que, firmado nesse expediente o Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura sugeriu a esta direção o afastamento definitivo do Colégio Estadual, dos alunos indicados pelo Comando da Guarnição Federal,

C O N C E D E

a transferência ex-officio ao aluno da 2ª série do curso Clássico / Unica, WELLINGTON DANTAS MANGUEIRA MARQUES, conforme / preceitua o art. 68, a linha 2, Capítulo VIII, do Regimento suscitado / citado.

Os documentos comprobatórios da transferência serão enviados diretamente ao Colégio onde for matriculado o aluno transferido.

Cumpra-se e comunique-se.


Diretoria do Colégio Estadual de Sergipe, em 10 de setembro de 1964

Maria Augusta Lobão Moreira
Profa. Maria Augusta Lobão Moreira
Diretora

Anexo 2, Ficha da primeira prisão de Wellington Manguiera no Congresso da UNE em Ibiúna (SP), Acervo DOPS/SE, disponível no APES.

NOME: WELLINGTON DANTE MANGUEIRA MARQUES

FOTOGRAFIA



FILIAÇÃO: PAI - AIVARIM MANGUEIRA MARQUES
MÃE - TRACY DANTE MARQUES

DATA DO NASCIMENTO: 21 de agosto de 1945. IDADE: 23 anos.

NACIONALIDADE: Brasileira. ESTADO CÍVIL: Solteiro.

NATALIDADE: Aracaju - Sergipe.

RESIDÊNCIA: Avenida Augusto Mainard nº 262 - Aracaju - Sergipe.

PROFISSÃO: Estudante do 3º ano da Faculdade de Direito da Fundação Universidade de Sergipe.

OCCORRÊNCIA: Prisão em 12/10/1968 em IBIUNA (SP).

MOTIVO: Participante do XXXº CONGRESSO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES.

C E N S A R

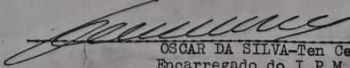
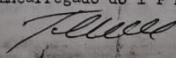
Anexo 3, Mandado de prisão direcionado a Wellington Mangueira, assinado pelo Tenente Coronel, Oscar da Silva. Acervo DOPS/SE, disponível no APES.

37

MANDADO DE PRISÃO

EU, OSCAR DA SILVA - Ten Cel, encarregado do IPM para averiguação de crimes previstos na LEI DE SEGURANÇA NACIONAL, em ARACAJU/SE e com base no Art.59 do Decreto-Lei 890/69 e Art.225 do Código / de Processo Penal Militar, MANDO a GUILBERG RANGS COSTA e FLORISVALDO SILVA que, em cumprimento ao presente, se dirijam onde se encontre WELLINGTON DANTAS MANGUEIRA MARQUES residente em, Rua Augusto Maynard, 262 e o prendam, em virtude da necessidade de prestar esclarecimentos nas investigações / policiais em curso, conduzindo-o imediatamente ao Quartel do 28º B C, devendo empregar os meios indispensáveis, como sejam: busca domiciliar, força ou arrombamento, conforme os Artigos 232 e 234, do Código de Processo Penal Militar, caso haja resistência ou tentativa de fuga do Capturando, ou desobediência, ou resistência de terceiros. De tudo será lavrado, por um dos encarregados da diligência, o competente auto, que será por mim, na forma da Lei, autenticado e assinado por 02 (duas) testemunhas que tenham assistido a diligência desde o seu início. O que se cumpra.

Dado e passado nesta Cidade de ARACAJU/SE aos vinte (20) dias do mes de fevereiro do ano de 1976. Eu, EDVALDO SILVA ANDRADE - 1º Sgt servindo de Escrivão, o escrevi.


OSCAR DA SILVA - Ten Cel
Encarregado do I P M


Anexo 4, Carta feita pelos militares de autoria atribuída a Wellington Mangueira, renunciando a maconha e ao comunismo. Acervo DOPS/SE, disponível no APES.

A Carta de Wellington

"Jogou-me o destino para os caminhos do que me parecia um sonho, mas, em verdade, foi se constituindo num verdadeiro pesadelo.

Jovem, cheio de vida, como todo jovem, fui enfrentando os obstáculos, pensando destarte tornar mais sublimar meu ideal.

Jovem, no ímpeto da idade, avancei em direção a miragem fantasmagórica do comunismo... fui à Rússia... que decepção!

Preso, às vésperas do carnaval apesar de já não mais professar a ideologia marxista, senti ansias de dizer a esta juventude, não porque estivesse preso — mas, porque amo — que não se deixe seduzir pela fraseologia engendrada ou pela fraseologia enganadora das palavras.

Hoje, mais do que ontem, é necessário encontrar o modo de viver próprio da nossa gente.

A rebeldia, a insatisfação, comum à nossa idade, devemos conduzi-los para a construção do nosso país seguindo a experiência dos mais velhos, com base na religião cristã, repudiando o comunismo e nos impondo como nação "gigante pela própria natureza".

Amigo, não sou de fazer cartas, mas como a solidão transforma loucos em sábios e o tempo em nada, faço minhas estas elucubrações que bem podem se constituir num conselho.

Veja bem, na flor da nossa idade, quando tudo realmente são flores, há momentos que achamos que é necessário ser diferente... e começamos a discordar. Discordamos de tudo. Para tudo procuramos uma explicação... E o que é perigoso costumamos nos apaixonar pelo fruto proibido.

Uns fumam maconha, outros preferem ler Marx. E entre a maconha e o marxismo a juventude começa a se descaracterizar e o pior acontece, só aí, quando os fatos já estão consumados é que procuramos a proteção, a orientação, a explicação nunca antes pedida.

Agora, veja você amigo, você mesmo jovem já tem discernimento: não é melhor cumprir as leis, amar, como todo jovem e viver orgulhoso de ter este vasto país como berço?...

Abominar o comunismo
Renegar as filosofias exó-

ticas é um dever da juventude,

...E, a partir daí, que nosso sonho seja a grandeza do Brasil. Seja a robustez de nossa juventude e não o ideal vazio do comunismo, esdrúxulo e inconsequente.

Quantos jovens tiveram ou tem seu futuro comprometido porque se comprometeram com o comunismo?

Eis porque, pela razão, livre e consciente, dirijome aos jovens de boa vontade e lembro-lhes o que disse Virgílio: "A abelha e a serpente não sugam da mesma flor".

Jovens estudem, divirtam-se, trabalhem e amem que estarão servindo a vocês mesmos e a sua pátria.

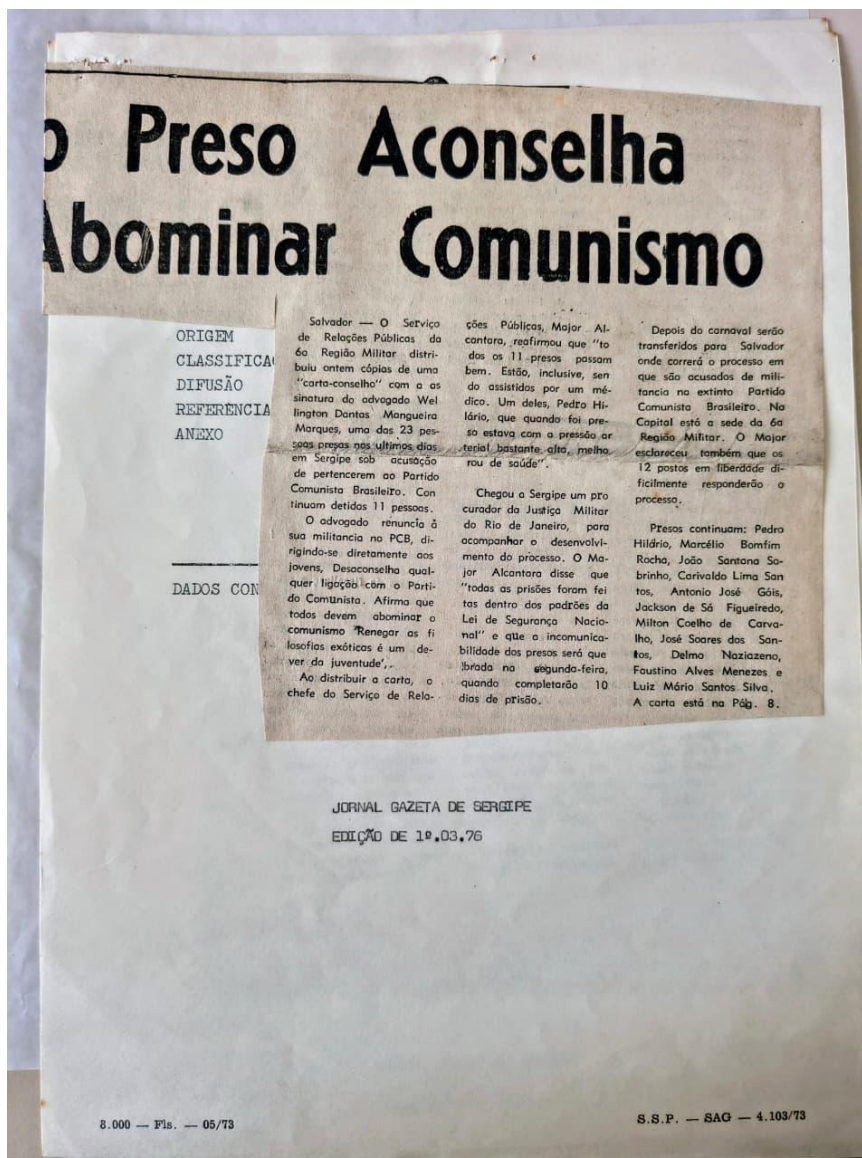
Na grandeza dessa nação há lugar para todos. Há riquezas por explorar, economias a se realizar e um futuro a alcançar.

E alcancaremos unidos "numa só emoção" gritando o mesmo "grito" avante Brasil... avante"

Aracaju, (4) 24 de fevereiro de 1976

Wellington Dantas Mangueira Marques

Anexo 5, Manchete do jornal Gazeta de Sergipe, 01/03/1976. Acervo DOPS/SE, disponível no APES.



O Preso Aconselha Abominar Comunismo

ORIGEM
CLASSIFICAÇÃO
DIFUSÃO
REFERENCIA
ANEXO

DADOS COM

Salvador — O Serviço de Relações Públicas da 6ª Região Militar distribuiu ontem cópias de uma "carta-consulta" com a assinatura do advogado Wellington Dantas Manguiera Marques, uma das 23 pessoas presas nos últimos dias em Sergipe sob acusação de pertencem ao Partido Comunista Brasileiro. Continuam detidos 11 pessoas.

O advogado renúncia à sua militância no PCB, dirigindo-se diretamente aos jovens. Desaconselha qualquer ligação com o Partido Comunista. Afirma que todos devem abominar o comunismo "Renegar as filosofias exóticas é um dever da juventude".

Ao distribuir a carta, o chefe do Serviço de Relações

Públicas, Major Alcântara, reafirmou que "todos os 11 presos passam bem. Estão, inclusive, sendo assistidos por um médico. Um deles, Pedro Hilário, que quando foi preso estava com a pressão arterial bastante alta, melhorou de saúde".

Chegou a Sergipe um procurador da Justiça Militar do Rio de Janeiro, para acompanhar o desenvolvimento do processo. O Major Alcântara disse que "todas as prisões foram feitas dentro dos padrões da Lei de Segurança Nacional" e que a incomunicabilidade dos presos será quebrada na segunda-feira, quando completarão 10 dias de prisão.

Depois do carnaval serão transferidos para Salvador onde correrá o processo em que são acusados de militância no extinto Partido Comunista Brasileiro. Na Capital está a sede da 6ª Região Militar. O Major esclareceu também que os 12 postos em liberdade dificilmente responderão o processo.

Presos continuam: Pedro Hilário, Marcello Bomfim Rocha, João Santana Sobrinho, Carivaldo Lima Santos, Antonio José Góis, Jackson de Sá Figueiredo, Milton Coelho de Carvalho, José Soares das Santos, Delmo Naziazeno, Faustino Alves Menezes e Luiz Mário Santos Silva. A carta está na Pág. 8.

JORNAL GAZETA DE SERGIPE
EDIÇÃO DE 1º.03.76

8.000 - F18. - 05/73

S.S.P. - SAG - 4.103/73

Anexo 6, Solicitação de esclarecimento enviado a Wellington Mangueira pelo PCB.
Acervo DOPS/SE, disponível no APES.

